

## DO *TE DEUM LAUDAMUS* AO ENTERRO DOS OSSOS DE MOMO:

festas e sociabilidades em Vitória, 1850-1872

Fabíola Martins Bastos – Doutoranda/PPGHIS-UFES

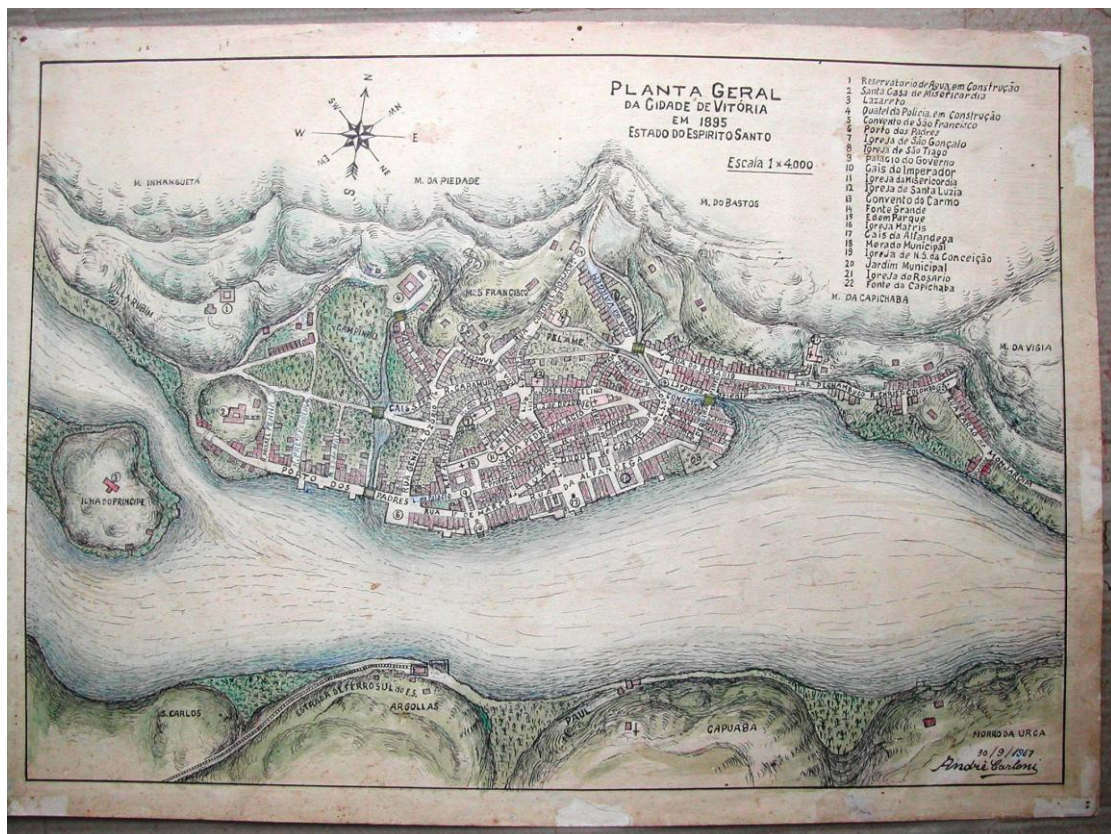
### **Vitória era uma festa?**

Neste artigo pretende-se discutir como as festas religiosas (majoritariamente as organizadas por irmandades) e o carnaval configuravam-se como eventos do cotidiano dos habitantes da cidade de Vitória, capital da Província do Espírito Santo. Um dos produtos sociais daí conseqüentes foram as sociabilidades desenvolvidas pelos participantes durante esses momentos de catarse e de ingestão de bebidas espirituosas (alcoólicas). As comemorações proporcionavam aos capixabas a produção de redes de sociabilidades que talvez fora desses momentos de comemoração não fossem possíveis ou socialmente aceitas numa sociedade escravista como a de Vitória do Oitocentos: alianças eram forjadas, amizades construídas, por exemplo, durante a puxada do mastro de São Benedito, encontros amorosos eram combinados e, por que não dizer, até mesmo hierarquias sociais eram invertidas provisoriamente.

Durante os anos de 1850 a 1872 não houve um final de semana sem festa nas ruas da cidade de Vitória. Anúncios e publicações a pedido dos jornais *Correio da Victoria* e *Folha da Victoria* sugerem que o dia a dia capixaba tenha sido bastante movimentado pela organização e realização desses eventos. Outro dado importante observado nas notícias impressas era o horário de início das festividades: geralmente começavam ao anoitecer e avançavam a madrugada.

Numa cidade onde a iluminação das ruas era precária, reclamação corrente nos Relatórios de Presidentes da Província, é de supor que ao anoitecer as pessoas preferissem se recolher ao ambiente doméstico. O que se verificou nas análises de autos criminais e de jornais do período, entretanto, foi a concorrência de indivíduos que deixavam suas casas em busca de divertimento ou simplesmente para encontrar amigos. As ruas, ainda que quase sob a escuridão total (salvas pelas ocasiões de lua cheia), tinham vida à noite.

Além das péssimas condições de iluminação das ruas capixabas os participantes das festividades lidavam ainda com outro obstáculo: o alagamento das ruas que faziam a comunicação dos quarteirões da cidade. O mapa 1 mostra a divisão da parte insular da cidade de Vitória em quarteirões e ruas. Até o final do Oitocentos a ocupação demográfica da capital concentrou-se na Ilha de Vitória. Os caminhos que ligavam os quarteirões constituíam-se por vezes por pequenas pontes, como mostra o mapa 1. A Ilha de Vitória era cortada por braços de mar que percorriam algumas áreas urbanizadas e também pelo encontro da água doce (proveniente da região da Fonte Grande) com o mar. Assim, as pontes eram indispensáveis para o trânsito da população. Não foi raro encontrar nos documentos da época, tais como autos criminais, petições encaminhadas à Câmara Municipal de Vitória e jornais locais, relatos e reclamações a respeito dos alagamentos e, quando a água baixava, da lama que sujava as casas.



Mapa 1 – Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895, Estado do Espírito Santo.  
Fonte: IPHAN 27ª Regional (2008).

Os capixabas se movimentavam pelos caminhos de terras e de águas na capital durante o dia e também à noite. A precariedade da iluminação, que provocava acidentes com os transeuntes nas ruas, não estorvava o concurso dos moradores nos diversos lugares da capital. Interessante verificar que a despeito da escassa luminosidade de determinadas áreas em Vitória a população ocupava as ruas, as praças e os largos para encontros triviais e festividades. Da mesma forma, a convivência dos residentes estimulada pelas festas religioso-profanas propiciava a trama de suas sociabilidades.

### **A festa como produto social: as sociabilidades capixabas**

As festas promovidas na capital, fossem elas de confrarias religiosas ou organizadas pelos habitantes de modo geral (como acontecia com o carnaval), são interpretadas neste texto como cenários onde os atores (participantes) colocavam em cena o melhor de seus personagens “sociais” para encenar um enredo permeado por disputas, amizades e afetos vicinais. Os indivíduos se construía enquanto agentes sociais e forjavam uma imagem sobre o outro a partir das sociabilidades vividas cotidianamente.

O conceito de sociabilidade é aqui empregado para definir os contatos humanos que produzem relações sociais. Não são todos os contatos entre pessoas que tem caráter social, senão apenas aquele comportamento que, quanto ao sentido, se orienta pelo comportamento de outra pessoa (WEBER, 2004, p. 14). Para diferenciar contato e ação social, Weber (2004, p. 15) afirma que a segunda constitui-se, necessariamente, ao guiar-se pelo referencial do outro. A partir do comportamento social alheio, o outro formula o seu próprio modo de agir, produz-se socialmente no decorrer da composição de suas sociabilidades. A ação forjada no encontro de dois indivíduos transforma-se, por sua vez, em ação social.

Na perspectiva de autores como Caio Boschi (2004), István Jancsó e Iris Kantor (2001), Mariza de Carvalho Soares (2000) e Arlette Farge (1997) existem certos lugares, como igrejas (e suas festas), cemitérios, ruas e botequins, que provocam formas específicas de sociabilidade, de conciliação, de disputa e de conflito, fornecendo um imaginário onde a opinião popular se constrói, exprimindo a sua maneira de apreender um real que lhe é também distribuído, lugar a lugar. As

sociabilidades promovidas pelas comemorações, pelos espetáculos, pelas conversas ao pé do ouvido ou por bulhas familiares evocam o modo como as pessoas vêem a si próprias e aos outros, como julgam os comportamentos alheios e como vivem seus arranjos interativos no ambiente social (FARGE, 1997, p. 113).

As irmandades religiosas, de homens pretos ou restritas à população livre e com prestígio social, produziram situações-hiato onde os indivíduos se relacionavam, deixando provisoriamente em suspenso as diferenças de origem étnica, econômica e de *status* social. Graças a esses hiatos redes de sociabilidade foram tramadas de modo a viabilizar a convivência íntima entre os capixabas. Se em Vitória todos deviam se conhecer, conforme indica Geraldo Antonio Soares (2004), as comemorações religioso-profanas viabilizavam a pessoalidade de vínculos vicinais e até mesmo afetivos e apresentavam-se como um produto social, isto é, sociabilidades.

### ***Do Te Deum Laudamus...***<sup>1</sup>

As festas religiosas e profanas faziam parte do calendário da população capixaba e da rotina desses indivíduos, ao ponto de ser cobrada em jornal a organização de determinada festividade. No levantamento dos anúncios de festas publicados nos jornais capixabas, um fato chamou a atenção: em Vitória, na segunda metade do Oitocentos, os finais de semana eram regados a comemorações, tais como vésperas de santos, novenas, feiras para angariar recursos para festas, procissões pelas ruas da cidade, bailes, pagodes, enfim, episódios que movimentavam a vida dos capixabas.<sup>2</sup>

A influência católica é evidente na Província do Espírito Santo desde os tempos coloniais, perdurando até os dias atuais. Nesse sentido, as irmandades se instalaram em solo espírito-santense de modo a alimentar a religiosidade dos moradores e a criar sociabilidades. Para Bonicenha (2004, p. 121), as irmandades estavam presentes no cotidiano da sociedade local desde pelo menos meados do

---

<sup>1</sup> Hinos de louvor cantados a partir da meia-noite em homenagem ao orago da irmandade.

<sup>2</sup> As publicações relacionavam-se a santos diversos, como Nossa Senhora das Dores, da Conceição, de Santa Catarina, dos Remédios etc. Foram publicadas, ainda, notícias sobre as festas do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da Ordem 3ª da Penitência (ereta no convento franciscano), de Santa Luzia, São Gonçalo, São Miguel, São Sebastião, entre outros.

Seiscentos.<sup>3</sup> As irmandades religiosas possibilitavam um exercício diferente de devoção, aproximando os fiéis dos oragos protetores e promovendo uma relação verticalizada de reciprocidade e intimidade entre o humano e o celestial. Gilberto Freyre (2001) afirma que a devoção popular fazia os santos descerem à terra, enfatizando a aproximação dos fiéis com os intercessores celestiais. Isso não quer dizer, contudo, que o cristianismo brasileiro fosse desprovido de fé, embora, nas palavras de Freyre (2001), beirasse a heterodoxia. De maneira semelhante, João José Reis (1991, p 59) considera que as irmandades foram verdadeiros veículos de um catolicismo influenciado por práticas pagãs. A esse cristianismo o historiador baiano denominou catolicismo popular. Reis (1991) assevera que nas irmandades religiosas os santos muitas vezes ganhavam precedência sobre o “Deus Todo-Poderoso”, o qual adquiria o *status* de Grande Santo. Provavelmente, grande parte do legado do catolicismo barroco permaneceu impregnado na prática devocional de fiéis do Dezenove, dada a morosidade em se alterar comportamentos humanos e mentalidades. Francisco Antunes de Siqueira (1999), clérigo e memorialista capixaba do século XIX, repudiava o modo como as festas religiosas de oragos na capital se traduziam em verdadeiras festividades profanas, com abuso da ingestão de álcool e do pecado da gula, de danças eróticas e de muitos namoros.

As homenagens aos oragos de confrarias religiosas em Vitória indicam a pluralidade devocional dos habitantes locais e de arredores. Comemorava-se o dia de inúmeros santos, desde os tradicionalmente relacionados a uma herança portuguesa<sup>4</sup> até os das irmandades de homens pretos e pardos.<sup>5</sup> A variedade de santos a laurear facilitava a produção semanal de eventos festivos na cidade, promovendo o concurso de um público vasto e diversificado, proveniente de freguesias vizinhas e até do interior da Província. Conta Francisco Antunes de Siqueira (1999, p. 90) que em dias de festa não era possível amarrar os cavalos ou atracar as canoas nos cais da capital, pois todos os cantos e esquinas da cidade haviam sido tomados por uma aglomeração de espectadores.

---

<sup>3</sup> Estima-se que a Confraria da Misericórdia tenha sido criada no Espírito Santo no ano de 1545 (BONICENHA, 2004, p. 121).

<sup>4</sup> Como, por exemplo, o Divino Espírito Santo e São Sebastião.

<sup>5</sup> Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Nossa Senhora da Conceição podem ser citados como santos da predileção negra e parda.

As publicações sobre festas de irmandades nos jornais *Correio da Victoria* e *Jornal da Victoria* não se resumiam ao anúncio da festa, porém, preocupavam-se os irmãos em destacar a beleza e a suntuosidade da homenagem, que seria “a mais bela já vista desde então”. Outro dado importante dos anúncios referia-se ao horário das comemorações. Geralmente, as festas iniciavam as atividades ao anoitecer e entravam a madrugada. Antes do momento festivo, entretanto, rezava-se o terço e a missa com a presença de párocos convidados de freguesias vizinhas. Em 12 de janeiro de 1850<sup>6</sup>, publicou-se no *Correio da Victoria* um anúncio sobre a festa de Nossa Senhora do Parto, que teria lugar no domingo, dia 14 do mesmo mês, de madrugada, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. A festa de Nossa Senhora das Dores ereta na capela do Santíssimo Sacramento, do mesmo modo, foi anunciada no *Correio* de quarta-feira, 13 de março de 1850: o tesoureiro da irmandade convidou “[...] todos os irmãos e os bons cristãos a comparecerem na Igreja Matriz de Vitória na madrugada do dia 22 de março para tornarem mais brilhante esse ato pomposo de religiosidade”.

Ao que parece as irmandades capixabas não se diferenciavam quanto ao horário das festas. Pelo contrário, é possível que os irmãos de confrarias diferentes pretendessem realizar suas festividades exatamente no mesmo horário agendado por outra. Reis (1991, p. 68-69) conta que as confrarias competiam entre si para superar umas às outras na homenagem aos santos. O prestígio social dessas associações religiosas, bem como a capacidade de arregimentar novos irmãos, dependia necessariamente da competência lúdica de cada uma. Nessa disputa ganhava a irmandade que tivesse sua festa rememorada pelos moradores da cidade como o maior acontecimento já presenciado. A imprensa, nesses termos, exercia tarefa importante para a sempiternidade de tais eventos, pois dava publicidade não só aos anúncios de divulgação das festas, como também aos comentários daqueles que assistiram ao majestoso espetáculo.

A partir dos anúncios coletados nos jornais pesquisados e de leituras sobre a vida cotidiana dos capixabas no Oitocentos torna-se razoável presumir que algumas das festas mais esperadas pelos residentes de Vitória, e quem sabe da Província do

---

<sup>6</sup> Todos os anúncios e demais publicações citadas dos periódicos analisados podem ser pesquisados no fundo de Jornais Microfilmados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES.

Espírito Santo, fossem as das irmandades de São Benedito - uma assentada no Convento de São Francisco e outra na Igreja do Rosário dos Pretos -, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a do Divino Espírito Santo. Os comentários sobre essas comemorações foram publicados nos jornais e o mais famoso deles, escrito por Francisco Antunes de Siqueira, foi transformado em livro no século XX.

Havia grande variedade de santos homenageados na capital e a publicação em folha impressa não era uma regra a ser seguida. Talvez por isso seja possível observar anúncios referentes a diversos oragos divinos, mas sem qualquer regularidade de publicação no ano subsequente. Outro fator que influenciou na percepção das festas de algumas irmandades como as mais aguardadas pela comunidade local relaciona-se ao formato do anúncio publicado: o tamanho e a decoração das margens do anúncio, indicando, em primeiro lugar, que a confraria se esforçava para no mínimo aparentar ter recursos pecuniários suficientes para a realização da solenidade. Além disso, as irmandades de São Benedito, do Rosário e de São Francisco publicavam regularmente nos periódicos, ao contrário de outras menores que não possuíam recursos para manter um anúncio circulando nas folhas impressas por mais de duas edições.<sup>7</sup> Adiante seguem dois anúncios de festas publicados na imprensa: um no *Correio* e o outro no *Jornal da Victoria*.

---

<sup>7</sup> Na edição de sábado, 2 de abril de 1864, do *Jornal da Victoria* cobrava-se \$80 réis por linha escrita para imprimir anúncios e quaisquer outras publicações que contivessem menos de 20 linhas e \$60 réis por linha para aquelas que excedessem esse número.

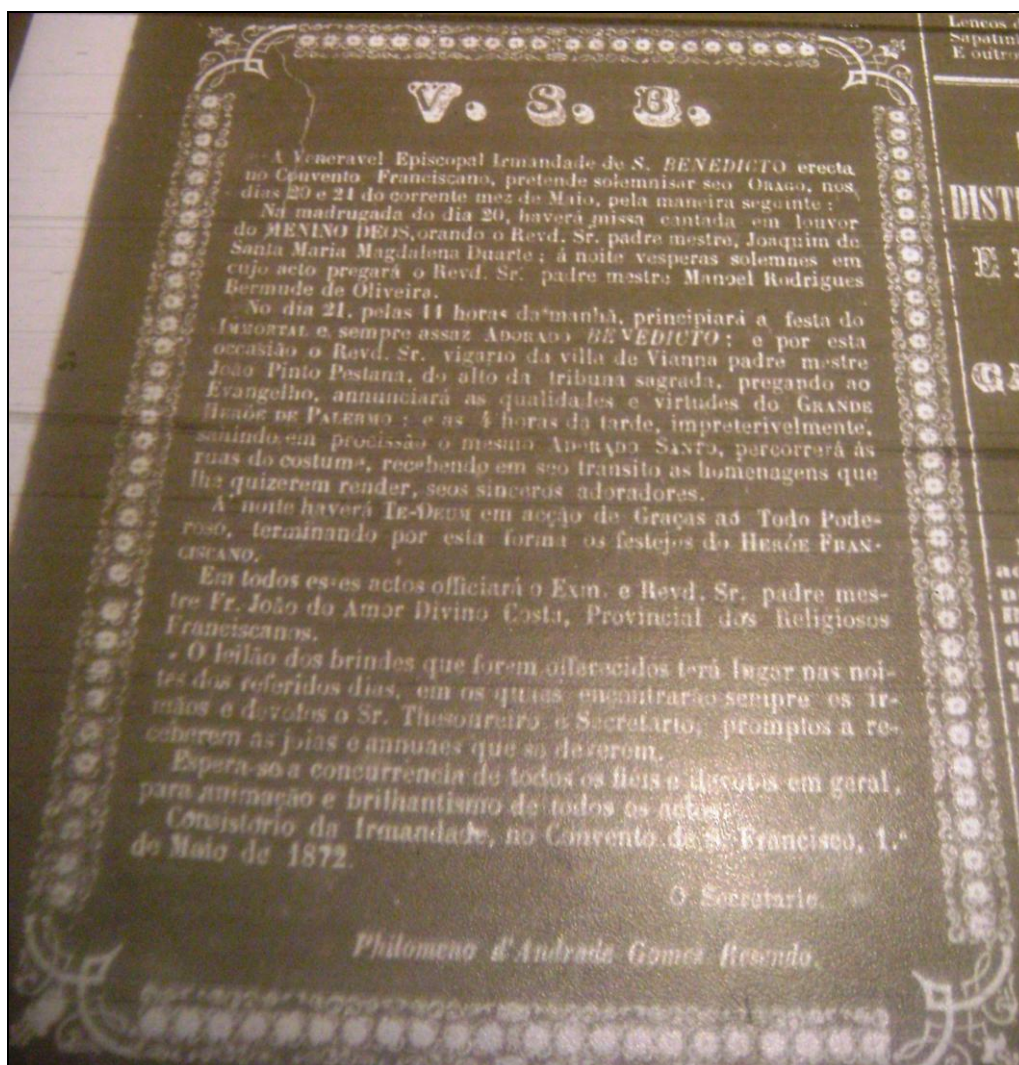


Figura 1 - Anúncio da festa de São Benedito do convento franciscano (*Correio da Victoria*).  
Fonte: APEES – Fundo: Jornais Microfilmados, 1850-1872.

FESTEJAR-SE-HA com a pompa que for possível, no mez de Junho, a VIRGEM SANTISSIMA DOS REMEDIOS na Igreja de Santa Luzia, havendo no dia 6 à noite vespéras, e no dia 7 festa; orando o Rvm. Areypreste e Vigario da Vara o Padre Joa-

quim de Santa Maria Magdalena Duarte.  
Espera-se a concurrencia dos devotos para brilhantismo da mesma.

O sciz.  
José Francisco de Lellis Horta.

Figura 2 - Anúncio da festa de Nossa Senhora dos Remédios (*Jornal da Victoria*).  
Fonte: APEES – Fundo: Jornais Microfilmados, 1850-1872.



As irmandades funcionavam como núcleos de sociabilidade e solidariedade para os irmãos congregados e para o público que assistia às comemorações. Nesse sentido, merece destaque um produto dessas agremiações, as festas religiosas, que se traduziam em verdadeiros espaços de sociabilidade franqueados à população em geral, possibilitando o concurso de pessoas de diferentes origens, afrouxando assim as barreiras existentes, ou que se pensavam existir, entre os extratos de diferentes hierarquias sociais. Nas datas de festas para santos católicos a vizinhança se unia para limpar a fachada das casas e pintar os muros. As famílias abriam as janelas e prostravam-se nas varandas para aguardar a procissão passar. Das sacadas, as famílias jogavam flores e guloseimas para os negros e as negras que acompanhavam o cortejo (SIQUEIRA, 1999, p. 67).

A devoção ao Divino Espírito Santo era praticada nos adros do Convento de São Francisco, localizado na Ladeira de São Francisco.<sup>8</sup> Era comum nas igrejas a devoção a vários santos, cujas imagens ficavam expostas nos altares laterais dos templos, enquanto o altar-mor era reservado para o orago que dava nome à igreja. De acordo com Francisco Antunes de Siqueira (1999, p. 64), a festa do Divino era patrocinada pelos patrícios da terra, isto é, os indivíduos com melhor condição social, numa comemoração aguardada pela população branca da Província. O mastro era um tradicional símbolo da festividade do Divino Espírito Santo, tanto quanto o era nas irmandades de pretos e pardos.<sup>9</sup> O corte de uma madeira grande e imponente apresentava diversos significados para os irmãos da confraria, tais como o sacrifício de carregar o tronco pelas ruas e ladeiras estreitíssimas da capital durante as procissões, o prestígio da confraria junto ao público em função do tamanho da madeira escolhida, etc.

A preparação para as festas tinha início semanas antes do dia marcado. Devia-se escolher a madeira e cortá-la, prepará-la e adorná-la para o dia da procissão. A partir de relatos oitocentistas sobre essa comemoração, pode-se conjeturar a

---

<sup>8</sup> O dia do Divino Espírito Santo é comemorado após 50 dias da páscoa cristã. No *Correio da Victoria* de sábado, 9 de maio de 1869, publicou-se notícia sobre a festa do Divino marcada para o dia 16 com véspera no dia 15 no Convento de São Francisco. No *Correio* de 10 de maio de 1871 anunciou-se a festa do Divino para o dia 28 de maio.

<sup>9</sup> No *Correio da Victoria* de 21 de setembro de 1850 anunciou-se ao público a festa de São Miguel marcada para o dia 28 do mesmo mês, em que tinham de conduzir o mastro do Largo da Conceição (atual Praça Costa Pereira) até a Praça do Colégio (Palácio).

respeito da suntuosidade que se pretendia mostrar aos espectadores. Francisco Antunes de Siqueira (1999, p. 64-66) pareceu não se incomodar em externar sua predileção pela festa do Divino: seu coração se expandia, sua imaginação se exaltava e até suas veias se dilatavam para dar franca circulação ao seu próprio sangue (SIQUEIRA, 1999, p. 65). Na véspera da festa do Divino Espírito Santo, o mastro descansava em lenços de seda e era carregado pelos devotos pelas ruas de Vitória entre aplausos e fogos de artifício. O trajeto terminava na Ladeira de São Francisco, onde o mastro era depositado sob arcadas de folhagens entremeadas de odoríferas flores (SIQUEIRA, 1999, p. 65). A calçada e as arcadas do pórtico ficavam iluminadas por luzes multicores, representando outros tantos espíritos que abrilhantavam o céu do convento franciscano. Todo o percurso era acompanhado por um público entusiasmado. Nas palavras de Siqueira (1999, p. 65), ninguém ficava pelas roças. Uma multidão de fiéis e curiosos vinha ofertar os tributos de sua piedade. O alpendre e os corredores do convento ficavam atopeitados de oferendas.

Os dias antecedentes à homenagem também eram precedidos por novenas. A preparação para a festa incluía a eleição, na véspera, de um imperador e de sua imperatriz dentre os indivíduos mais destacados da sociedade capixaba. A família imperial contava com um séquito de serviçais, como mordomos, porta estandarte, entre outros. Junto ao pórtico do convento levantava-se um trono para o imperador da festa do Divino Espírito Santo. À frente do casal real caminhavam em procissão os integrantes da Irmandade do Divino com tochas acesas – símbolo do Espírito Santo descendo à terra – e pessoas de *status* social distintos. Logo atrás da irmandade vinham doze foliões, meninos vestidos de branco com chapéus pretos, dispostos em semicírculo, separados do público por varas encarnadas. Os foliões levavam tambores e chocalhos para acompanhar as canções (SIQUEIRA, 1999, p. 66).

No dia de Pentecostes (descida do Espírito Santo), horas antes da festa, os irmãos da confraria seguiam pelas ruas, acompanhados por pretos que carregavam cestos contendo carne fresca e pães, para distribuírem esmolas pelas casas dos mais humildes. Dava o imperador um lauto jantar em esplêndida mesa e acompanhava com seus mordomos e foliões a procissão da festa. Em seguida entoava-se o *Te*

*Deum Laudamus*<sup>10</sup>. Depois do *Te Deum* ia o cortejo à moradia do imperador e da imperatriz eleitos e transferiam a coroa e os símbolos da realeza à nova família imperial. A festa do Divino Espírito Santo caracterizava-se pela confluência de elementos religiosos e mundanos, como a relação estabelecida com a realeza, sendo deveras apreciada pela vizinhança capixaba devido à profusão de esmolas e à ostentação observada no conjunto da festividade. Os patrícios da terra pareciam não se importar em abusar do luxo em suas indumentárias e adornos, ricos em ouro e pedras preciosas (SIQUEIRA, 1999), pois a causa sagrada justificava: homenagear o Divino. Além disso, a população pobre e os escravos exerciam papel importante nessa comemoração, em função da participação nas procissões e por serem alvo da caridade dos congregados do Divino.

Já a festa de Nossa Senhora do Rosário tinha lugar nos dias 21 e 22 de outubro na capela de mesmo nome. Autores como Mariza de Carvalho Soares (2000), Caio Boschi (2005) e João José Reis (1991) atribuem a devoção à Nossa Senhora do Rosário principalmente aos negros escravos e libertos. Em Vitória, Elmo Elton (1987) e Wallace Bonicenna (2004) corroboram tal interpretação e esclarecem que as festas promovidas pela Irmandade do Rosário eram programadas e realizadas sem interferência direta da população, sendo de responsabilidade exclusiva dos próprios irmãos da confraria.

De acordo com os anúncios publicados nas folhas da capital a festa de Nossa Senhora do Rosário durava dois dias, começando às oito horas da noite do dia 21 de outubro. As atividades incluíam orações ao evangelho, missa, *Te Deum Laudamus*, procissão e *Magnificat*<sup>11</sup>, embalados pela música do professor Baltasar Antônio dos Reis. Além disso, previa-se um leilão com as doações ofertadas à Nossa Senhora. Siqueira (1999, p. 70) indignava-se com a forma como o culto dos santos reduzia-se a distrações nas festas dos negros. No primeiro domingo de cada mês do ano os membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário saíam em procissão, cantando o terço, cujos mistérios se contemplavam nas ruas (SIQUEIRA,

---

<sup>10</sup> *Te Deum Laudamus* é uma oração em forma de louvor cantada no momento *clímax* da festa, invocando a misericórdia e glória de Deus sobre os devotos.

<sup>11</sup> *Magnificat* foi um cântico entoado por Maria (mãe de Jesus) ao visitar Isabel (mãe de João Batista), quando ambas ainda estavam grávidas. Essa música de Maria, como também é conhecida, foi descrita no evangelho de Lucas, capítulo 1, versículos 46 a 55. Para conferir mais informações sobre cânticos acessar <<http://www.paroquias.org/capela/>>.

1999, p. 101). Ao que parece o arcebispo da Província tentou proibir a manifestação em razão de as andanças prolongaram-se noite adentro, dando lugar a obscenidades nas ruas e becos próximos à Fonte Grande (SIQUEIRA, 1999, p. 101).

A festa de São Benedito também mereceu longas descrições de memorialistas capixabas, provavelmente por fazer alusão a uma indisposição havida entre conservadores (caramurus) e liberais (peroás). A devoção a São Benedito estava a cargo das irmandades de São Francisco e de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. De acordo com Wallace Bonicenha (2004, p. 144) a primeira irmandade de negros formalmente constituída em Vitória foi a de São Benedito, com consistório no Convento de São Francisco. O Santo era comemorado no dia 27 de dezembro por negros livres e cativos, bem como por brancos pobres. No dia do Santo havia procissão com saída do convento franciscano, os irmãos vestindo manteletes verdes. Inicialmente, os devotos de São Benedito congregavam-se unicamente no consistório dos franciscanos, porém, o ano de 1832 marcaria uma cisão entre os fiéis do herói de Palermo.<sup>12</sup>

Às vésperas da festa de 1832, o guardião do Convento de São Francisco, Manuel de Santa Úrsula, impediu a saída da imagem de São Benedito do altar do convento devido à chuva torrencial que caía sobre Vitória. Francisco Antunes de Siqueira (1999) notou que mesmo em ocasiões inapropriadas para festividades, como nos alagamentos e tempestades, algumas pessoas se reuniam nas ruas e se sujavam de lama para festejarem um santo. A lama simulava uma mascarada. No caso da festa de São Benedito de 1832, os festejos ocorreram sem a presença da imagem, dando lugar a opiniões inflamadas entre os devotos. Após a procissão reuniram-se no Convento de São Francisco para decidir sobre a atitude do guardião, ao que sucedeu serem os irmãos de São Benedito expulsos do santuário franciscano (BONICENHA, 2004, p. 147). Esse episódio dividiu a irmandade dos negros: uns pretendiam retirar da proteção dos franciscanos a imagem de São Benedito e colocá-la na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos e outros

---

<sup>12</sup> Em muitos anúncios encontra-se a expressão herói de Palermo fazendo referência à última fase da vida de São Benedito que foi vivida em Palermo, na Itália. São Benedito morreu aos 65 anos, no dia 4 de abril de 1589.

defendiam a permanência no convento franciscano. Diante da possibilidade de retirada da imagem permanentemente do convento, o guardião retirou a imagem do altar, trancando-a num cômodo. Em 1833 frei Manuel de Santa Úrsula foi transferido para Rio de Janeiro e seu sucessor, frei Antônio de São Joaquim, devolveu a imagem ao altar.

Consta nas memórias do Dezenove que, em setembro de 1833, alguns irmãos retiraram a imagem de São Benedito do Convento de São Francisco (ELTON, 1987, p. 21). O suposto furto da imagem culminou na divisão da Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco em dois grupos: um com sede no convento e outro na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (BONICENHA, 2004, p. 150). As comemorações no convento franciscano somente se restabeleceram quando da doação de uma nova imagem de São Benedito por um capixaba.

Se os irmãos de São Benedito do Convento de São Francisco usavam capas com a cor verde, os congregados da nova irmandade do santo preto passaram a usar um mantelete de cor azul (BONICENHA, 2004, p. 151). A essas divisões nas cores prosseguiu uma distinção de nomes: os irmãos do Rosário chamavam os do convento de caramurus<sup>13</sup>, por associação da cor da indumentária à cor do peixe de mesmo nome. Os caramurus, por sua vez, apelidaram os devotos do Rosário de peroás<sup>14</sup> devido à cor azul de seus manteletes.

As duas irmandades passaram, então, a dividir a mesma imagem de São Benedito e também os meses para comemorarem o orago: de 1º de janeiro até o dia de *Corpus Christi*, a imagem ficava com os caramurus e no dia seguinte até o fim do ano a mesma passava às mãos dos peroás. Assim, os moradores de Vitória e alhures tinham festejos confirmados durante todo o ano: no primeiro semestre os caramurus iluminavam a fachada da igreja do convento, promovendo feiras e fogos de artifício. Os maiores festejos eram realizados no domingo do Divino Espírito Santo e nos dois dias seguintes, consagrados ao Menino Deus e a São Benedito (BONICENHA, 2004, p. 151). No segundo semestre, a entrega da imagem significava o direito da irmandade de Nossa Senhora do Rosário de festejar o orago. Na ocasião da entrega

---

<sup>13</sup> Caramuru ou moréia é um peixe de cor verde característico da região da Bahia.

<sup>14</sup> Peixe característico do Espírito Santo com cor azul acinzentado e desprezado para o consumo pela população capixaba do Oitocentos.

da imagem realizava-se uma ladainha e a partir daí os meses consecutivos seriam marcados pelas celebrações religiosas ou profanas, como leilões, congadas e bandas de música. Siqueira (1999, p. 67) viveu um amor contraditório com as festas de São Benedito: ao mesmo tempo em que enchia os olhos de lágrimas para elogiar as duas irmandades, também se apavorava com a profanação da festa religiosa dos pretos do Rosário. Um dos aspectos que ele mais se regozijava residia no fato de durante todo o ano a capital da Província poder solenizar um intercessor divino. Era um privilégio das irmandades de São Benedito.

Embora São Benedito fosse homenageado durante todos os meses do ano, algumas datas eram escolhidas para concentrar os festejos. A Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco elegia o mês de maio como o de maior festividade para o Santo. Nos anúncios de 15 de maio de 1869 e de 12 de maio de 1869 do *Correio da Victoria* e do *Jornal da Victoria*, respectivamente, comunicava-se à população que a festa de São Benedito e do Menino Deus seria nos dias 17 e 18 do mesmo mês, ininterruptamente. Os festejos começariam na madrugada do dia 17, com missa, finalizando no dia 18 à noite com o *Te Deum Laudamus*. As comemorações na Irmandade do Rosário ocorriam na data tradicional do Santo: dias 26 e 27 de dezembro, ainda que os festejos mais intensos comesçassem de fato por volta do dia 18, com a reza das novenas.

Se as confrarias religiosas competiam entre si quando se tratavam de devoções diferentes, o que acontecia então no caso pitoresco de São Benedito? Siqueira (1999, p. 67) afirma que no Rosário e em São Francisco as festas religiosas e profanas eram quase as mesmas, com alterações que serviam apenas para ressaltar a rivalidade. A iluminação no Rosário era produzida por azeite de peixe e algodão, colocados em tigelas de barro e algumas vezes em cavidades de mamões. As lanternas eram produzidas por sarrafos de madeira e material rudimentar. No convento franciscano, por seu turno, Siqueira (1999, p. 71) acreditava haver mais gosto e limpeza, pois a iluminação era preparada em arcos de madeira, com copinhos coloridos cheios de azeite doce postos em caixas apropriadas. Outra característica da festa dos negros do Rosário incomodava Siqueira: o baile das mulheres negras, permeado de profanações e erotismo. Na Irmandade de São Benedito do Rosário dos Pretos era hábito tocar samba ao término da fincada do

mastro. Os devotos e o público em geral entregavam-se ao ritmo pulsante e dançavam durante toda a noite e parte do dia seguinte. Por ocasião da procissão, quando a imagem de São Benedito era apresentada aos espectadores, ia à frente dela um grupo de pretos, liderados por um rei acompanhado por ministros e uma rainha, todos pretos, sob a direção de um estandarte branco. Os negros pintavam-se e marchavam ao som de instrumentos de percussão. À meia-noite do dia 27 de dezembro, quando soava a última badalada do relógio público, procediam à retirada do mastro.

Espaço de convergência dos devotos, as irmandades proporcionavam aos indivíduos a oportunidade de estabelecimento de laços de amizade, estima e companheirismo. No caso dos anúncios de comemorações de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos impressiona o horário de início das comemorações. Numa época em que predominava o uso de mão de obra escrava, a movimentação de cativos por ruas e becos capixabas durante as festividades religiosas certamente facilitou o desenvolvimento de sociabilidades entre os participantes-espectadores. Reconhece-se, pois, as festas como *locus* privilegiado para a produção e reprodução sociais dos indivíduos mediante o contato com o outro. As sociabilidades se exercitavam, quando não se confundiam, com a religiosidade. Assim, a partir dos espaços de práticas religiosas o convívio social foi se forjando, os núcleos urbanos se expandindo e o comércio se configurando (BOSCHI, 2005, p. 62-63).

### **...ao enterro de ossos de Momo.**

Tal como as festas religiosas, impregnadas por práticas mundanas, as festividades profanas mobilizavam a sociedade capixaba durante sua organização, dentre elas o carnaval – celebrado nas ruas de Vitória e em salões de bailes mascarados. Os habitantes da cidade e os convidados de outras freguesias habituavam-se a usar as máscaras também fora dos salões, nas ruas e nas praças da capital. Tudo parecia motivo para festejar. Em todos os dias, pela tarde, e muito especialmente aos domingos, as pessoas colocavam máscaras e saíam pela cidade a pé. Não se falava em outra coisa (SIQUEIRA, 1999, p. 54).

O comércio da Praça de Vitória deve ter se favorecido pela ocorrência dessas festas religiosas e profanas, pois vários foram os anúncios comunicando aos clientes a venda de grande sortimento de máscaras, roupas para bailes, balões, enfeites de rua, etc. No anúncio publicado no *Correio da Victoria* de 2 de fevereiro de 1870, informava o comerciante João Jacob Tesch que sua loja, Fama da Barateza<sup>15</sup>, recebera lindo e variado sortimento de máscaras de todas as qualidades para os amantes do carnaval. Em outra publicação (de 23 de fevereiro de 1870), Tesch detalhou os tipos de fantasia à venda: máscaras de arame, de seda e de papelão com barbas. Havia também calças de meia – cor de carne – com pé. Para a decoração dos salões e das ruas de Vitória um comerciante da Rua da Mangueira, n. 2, publicou um anúncio em 10 de junho de 1871 no *Correio* afirmando ter variedade de “[...] balões, pistolas, jasmims para salões, girassóis, rodinhas, bichas da China e estalos fulminantes [...]” para atender às diversas festas do ano, tudo a preços razoáveis.

Os foliões capixabas temiam que o carnaval caísse no esquecimento e, portanto, não fosse comemorado. Pagavam pela publicação de um pequeno artigo nos jornais da capital indagando aos organizadores a respeito da realização da festa. Esse foi o objeto da correspondência impressa na edição de 11 de janeiro de 1871, assinada por “Dois amantes do carnaval”. No número de terça-feira, 16 de janeiro de 1872 do *Correio*, “alguns amantes do carnaval” indagavam ao encarregado do baile *masquê*<sup>16</sup> se naquele ano haveria de fato a comemoração do carnaval. O organizador dos salões para o baile respondeu ao questionamento na edição seguinte, dia 14 de janeiro de 1871, declarando não desejar que os três dias de carnaval caíssem no esquecimento. Assegurou-lhes, por sua vez, que brevemente tornaria público nos jornais locais o programa das festividades.

Entre 1850 e 1872 a organização dos bailes e procissões de carnaval ficou sob a responsabilidade de Manoel José Dias, capixaba residente na Ilha de Vitória e proprietário de um salão na Rua de São Francisco. Habitualmente Dias publicava a programação do carnaval no *Correio da Victoria*. Encarregava-se de organizar os bailes e passeios pelas ruas de modo que houvesse divertimento para os três dias

---

<sup>15</sup> O estabelecimento de João Jacob Tesch localizava-se à Rua Porto dos Padres, n. 6.

<sup>16</sup> Chamava-se de *baile masquê* o baile carnavalesco em decorrência do nome desse baile em francês: *bal masqué*.



de carnaval, com intervalos apenas para um descanso breve. No *Correio* de 17 de janeiro de 1869 Dias prevenia aos senhores máscaras<sup>17</sup> que no dia 7 de fevereiro haveria reunião no salão da Rua de São Francisco, às quatro horas da tarde. Os participantes deveriam trajar roupas apropriadas, como fantasias. Nesse horário, os foliões dariam boas-vindas à banda de música e sairiam em passeio pelas ruas da cidade, liderados pela banda até as cinco e meia da tarde. Das vinte horas até a meia noite teria lugar o baile no salão de Dias. No dia seguinte, 8, não haveria passeio mascarado e o baile começaria às dezenove horas, prolongando-se até a primeira hora da madrugada. No terceiro dia, 9, haveria o passeio a pé no mesmo horário definido para o dia 7 de fevereiro, recolhendo-se, porém, às dezessete horas no mesmo salão, onde receberiam o cadáver para o enterro dos ossos do Deus Momo<sup>18</sup> e lá permaneceriam recolhidos até às dezenove horas e trinta minutos. Às vinte horas principiaria novo baile que terminaria às duas horas da madrugada, com o “galope infernal”<sup>19</sup>. No Sábado de Aleluia haveria o baile da comemoração dos ossos<sup>20</sup>, das 7 horas da noite até a 1 hora da madrugada do domingo da Ressurreição. Na qualidade de mestre dos bailes ficaria encarregado o senhor João Pereira de Azevedo. Vale destacar que a entrada nos bailes mascarados não era gratuita, pagando-se o valor de 1\$000 réis (um mil réis) por ingresso. Os passeios acompanhados pela banda de música, em contrapartida, eram abertos à população, ampliando, assim, o público participante. De acordo com o *Correio* de 1º de fevereiro de 1872, o baile do “galope infernal” daquele ano durou até o amanhecer do dia

---

<sup>17</sup> Alcinha dada aos indivíduos participantes do carnaval.

<sup>18</sup> A expressão “enterro dos ossos” pode designar duas coisas: (i) uma reunião familiar íntima, no dia seguinte a uma festa, para se comer as sobras de comida com muita dança e bebida ou (ii) “[...] um préstito carnavalesco, no primeiro domingo depois do carnaval, em que os clubes e cordões mais populares saíam, conduzindo cada qual o seu caixão mortuário. Os foliões, vestindo negro, com a caveira pintada, traziam conjuntos musicais, que executavam músicas fúnebres. Dentro dos caixões havia o farto recheio de galinhas, perus, churrasco, cabrito, aguardente [...]” (CASCUDO, 2000, p. 179). Como em alguns anúncios capixabas encontrou-se a expressão ‘pegar cadáver’ e ‘cada um com seu caixão’, interpreta-se aqui a expressão ‘enterro dos ossos’ a partir da segunda perspectiva.

<sup>19</sup> De acordo com Felipe Ferreira (2005), o galope infernal foi uma moda trazida dos *bals musards* de Paris. “Em 1839, um maestro chamado Philippe Musard iria revolucionar definitivamente os bailes carnavalescos parisienses. Dotado de um grande senso de espetáculo, o maestro alternava, em seus bailes, trechos musicais sérios com outros dançantes, eliminando os bailados. A fórmula agradaria profundamente ao público, que, em delírio, superlotava o salão. Os bailes promovidos pelo maestro terminavam sempre com um acontecimento espetacular: Musard subia à cena, acenava para a orquestra e, como sinal para o grande final, quebrava uma cadeira no palco e começava a reger uma música acelerada, que logo ficaria conhecida como o galope infernal. O galope infernal caracterizava-se pela correria no salão” (FERREIRA, 2005, p. 109-121). Os casais se movimentavam juntos em direções aleatórias, empurrando quem estivesse pela frente.

<sup>20</sup> A comemoração dos ossos do Deus Momo indicava o fim do período das constrictões, principalmente penitências relativas aos alimentos durante a Quaresma.

seguinte, parando a banda de música de tocar às cinco horas da manhã. A bebida e os quitutes dos bailes ficavam a cargo do botequim da Rua Porto dos Padres, n. 7. Segundo anúncio publicado no *Correio* de 6 de fevereiro de 1864 transferia-se parte do estoque da loja de bebidas para o salão de Dias e lá era possível beber um sortimento variado de refrescos e cervejas. Abaixo seguem duas imagens relacionadas ao carnaval. A primeira reproduz um baile de galope infernal em Paris, no início do Dezenove, e a segunda foi largamente utilizada nos anúncios sobre o carnaval impressos nos jornais de Vitória.

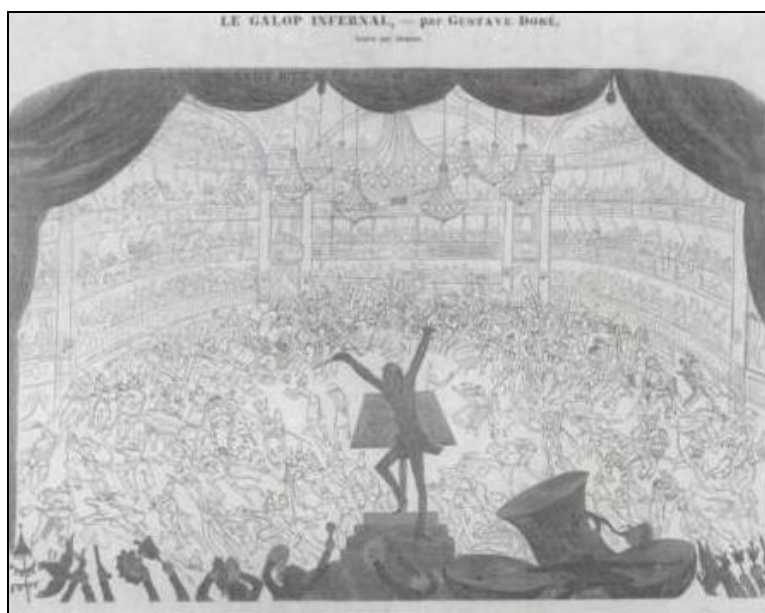


Figura 4: Galope Infernal  
Fonte: Ferreira (2004, p. 108).

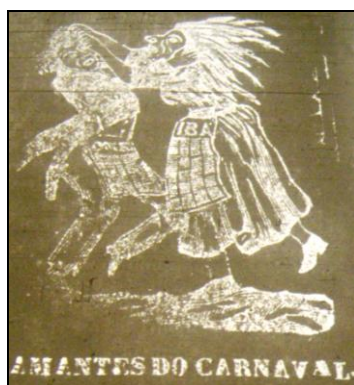


Figura 5: Anúncio de carnaval publicado nos jornais de Vitória  
Fonte: APEES – Fundo: Jornais Microfilmados, 1850-1872.

A mobilização em torno das festas de carnaval encantava toda a população, ao ponto de se propor em jornal a criação de uma associação responsável pela elaboração e execução dos bailes e passeios. Os moradores da capital e também da Província, haja vista que o público contabilizado nessas comemorações aglutinava indivíduos de outros municípios, encontravam-se bastante envolvidos e engajados nas atividades que iam desde a preparação até a limpeza pós-festa. Nota-se, inclusive, que havia expectativa em relação aos eventos e, certamente, ninguém pretendia deixar de comparecer.

Na perspectiva aqui lançada a respeito da preeminência das comemorações religioso-profanas no cotidiano capixaba verifica-se a preocupação dos habitantes em não permitir que essas festividades padecessem de uma enfermidade muito temida à época: a amnésia. Era parte da rotina diária desses indivíduos organizar, limpar, angariar recursos, comida e bebida, eleger reis e rainhas, embelezar ruas e praças à espera dos momentos de regozijo.

As irmandades religiosas eram associações de sociabilidade peculiar, porque as festas, embora organizadas – preliminarmente – pelos irmãos, assimilavam um público mais abrangente. Esse produto social projetava os indivíduos como agentes sociais de modo a viabilizar o estreitamento de vínculos e, conseqüentemente, redes de sociabilidades eram delineadas. Por conseguinte esboçava-se um mosaico social durante as ocasiões festivas que desconsideravam cor, *status* social e gênero.

### **Referências bibliográficas**

Fontes Primárias

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Série Inquéritos Policiais, Fundo Polícia, 1850-1872.

\_\_\_\_\_. Série Jornais Microfilmados, 1850-1872.

Bibliografia de apoio

BONICENHA, Wallace. Devoção e caridade: as irmandades religiosas na cidade de Vitória. Vitória: Multiplicidade, 2004.

BOSCHI, Caio César. Espaços de sociabilidade na América portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. In: VENTURA, Maria Mateus (Org.). Os

*espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Colibri/Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004. p. 15-40.

\_\_\_\_\_. Irmãos na vida e na morte. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 62-66, 2005.

CASCUDO, Luis da C. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2000.

ELTON, Elmo. *Velhos templos de Vitória e outros temas capixabas*. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Presidentes de Província (1840-1872)*. Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo.

FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Lisboa: Teorema, 1997.

FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 45. ed. São Paulo: Record, 2001.

IPHAN. Série Espírito Santo, Fundo Fotografias.

JANCSÓ, István & KANTOR, Iris. *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial, 2001. v. 2.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SIQUEIRA, Francisco Antunes de; ACHIAMÉ, Fernando A. M. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Vitória: Flor&cultura/Cultural-ES, 1999.

SOARES, Geraldo Antonio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX. *Dimensões: Revista de História da UFES*, Vitória, n. 16, 2004.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. São Paulo: Editora UnB/Impressão Oficial, 2004. v. 1.